

## MAPA DE CONCEITOS: O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Liomar Costa de Queiroz (UFRN)

GT 02 - Formação de Professores

A nossa pesquisa: O conhecimento Lingüístico dos professores de 1º a 4º níveis do Ensino Fundamental: uma intervenção pedagógica, baseou-se, primordialmente, na Lingüística Textual que, segundo Marcuschi (1983, p.13):

trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão e, por outro lado, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não-linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

O mapa<sup>i</sup> de conceitos lingüísticos, elaborado por iniciativa das professoras de 1º a 4º níveis da E.E.B.W., teve o objetivo de agruparmos princípios lingüísticos básicos para a formação do professor de língua materna, principalmente o do Ensino Básico.

Esses conceitos foram todos discutidos com as professoras, uns mais, outros menos sistematicamente e sobre os quais passaremos a explicar.

Iniciando com o termo centralizado no mapa, linguagem, consideramos importante ter enfatizado a concepção de linguagem como interação e, ao mesmo tempo, discutido as relações e as diferenças entre os conceitos de linguagem, língua, fala e discurso. Essas diferenças teóricas, entre outras no mapa, servem mais para formação lingüística do professor que propriamente para o aluno.

A língua como um sistema de signos constituída histórica e socialmente, aprendê-la é apreender seus significados. Ela se concretiza na fala e na escrita de acordo com as exigências de cada contexto, daí essas duas modalidades representarem uma variedade de formas de expressão, que se aproximam quando estão no mesmo estilo - fala e escrita informal, fala e escrita formal - e se distanciam quando têm estilos diferentes - escrita formal e fala informal, fala formal e escrita informal - cabendo lembrar que existe uma gama de variações ao longo do continuum formal - informal.

Já através da fala do indivíduo, realização individual e circunstancial da língua, o discurso constitui-se como manifestação da língua na comunicação viva, em interação com o seu interlocutor e em situação comunicativa efetiva. Contudo, para que uma produção falada ou escrita passe a existir como texto, é indispensável que faça sentido.

A compreensão da existência e da diferença das linguagens verbal e não verbal é indiscutível. Gostaríamos de chamar a atenção para a inclusão da comunicação gestual dos surdos-mudos como parte do signo lingüístico, já que é uma outra maneira de representação do signo verbal. Apesar de a linguagem não verbal (desenho, pintura, escultura, etc.) não ser objeto de estudo da Lingüística, não a discriminamos, pois também pode ser considerada como texto, mesmo não sendo fala nem escrita (linguagem verbal).

Sobre as duas formas de se estudar a língua, a sincronia e a diacronia, as professoras já conseguem compreender o que diferencia uma da outra, embora nos pareça, de acordo com as nossas observações sobre as análises dessa professoras em relação aos textos dos alunos, que não há aprofundamento sistemático desses estudos nos seus cursos de formação.

A língua, como já foi dito, é um sistema de signos que se combinam segundo leis específicas, utilizados por um grupo social (comunidade lingüística) determinado, e pode ser estudada em sua evolução ao longo do tempo, decorrente do uso por diferentes povos - estudos diacrônicos -, ou em sincronia - o estudo do sistema da língua em um determinado tempo. Lemle (1988, p.38) chama a atenção para a necessidade de o professor ter alguma informação sistemática sobre a estrutura morfológica das palavras em português e, também, um mínimo de conhecimento sobre a história da língua.

As relações sintagmáticas e paradigmáticas eram nomenclaturas desconhecidas pelas professoras. São maneiras como as unidades lingüísticas relacionam-se umas com as outras. As relações paradigmáticas referem-se às substituições de um termo ausente que, semanticamente, possa ocupar o mesmo espaço. Reforçamos que as substituições nesse eixo existem desde o nível fonológico, até a substituição de uma expressão nominal ou verbal por outra. Quanto às relações sintagmáticas, referem-se à sucessividade ou simultaneidade e o caráter linear entre as unidades presentes entre um enunciado, relações entre sintagmas. Simplificamos a explicação, exemplificando com relações nominais e verbais, ou seja, as relações entre sujeito e predicado, verbo e seus complementos, sujeito e seus determinantes etc.

Em relação aos termos texto e discurso, como sabemos, ainda não existe consenso em torno de sua conceituação e, com a ampliação da noção de texto, mais essa noção se aproxima da de discurso e a diferenciação torna-se menos necessária. O que importa é que as professoras já sabem o que faz com que um texto seja um texto e estão cada vez mais se familiarizando com o que é necessário para a sua produção/compreensão e avaliação.

Escrevem Halliday e Hasan, apud Marcuschi (1983): *Um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. (...) Um texto é, melhor dizendo, uma unidade SEMÂNTICA: não uma unidade de forma e sim de sentido.*

Para Koch (1984, p.21-22), Discurso é considerado como a (...) atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos, (...) como também o evento de sua enunciação; ainda em Koch (1992 e 1997, p.22), a definição de Texto surge como

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Consideramos que, em termos de coerência, a mais explorada foi a semântica, por tratar das relações de sentido entre as idéias presentes no texto, da não-contradição, da consistência do conteúdo exposto. As demais, principalmente a pragmática e a superestrutural, precisariam de mais discussão e exemplificação.

Coerência, segundo Koch (1997, p.41), *diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.*

Vamos abordar alguns tipos de coerência: a semântica, que corresponde à consistência, à não contradição entre segmentos textuais; a sintática, que se refere ao emprego adequado dos elementos coesivos e contribui para o estabelecimento da coerência semântica; a temática, segundo a qual os enunciados devem ser relevantes para o tema em discussão, isto é, para que os enunciados de um texto possam ser interpretados como fazendo parte de um

mesmo tema, de um mesmo tópico discursivo. O produtor de um texto deve empenhar-se em apresentar um texto relevante para o leitor/ouvinte e este deve procurar reconhecê-lo como tal; a temporal, segundo a qual o texto não deve apresentar “saltos” grandes no tempo, nem fragmentação temporal não condizente com a narrativa: (...) *sem ‘saltos’ excessivamente longos, não justificados pelo narrador, ou, ao contrário, com excessiva fragmentação temporal, a não ser quando exigida pelo desenvolvimento do enredo narrativo*, (Koch, 1995, p.113); a pragmática *tem a ver com o texto visto como uma seqüência de atos de fala. Para que essa seqüência possa ser vista como apropriada, os atos de fala que a constituem devem satisfazer as mesmas condições presentes em uma dada situação comunicativa, isto é, devem ser compatíveis e obedecer às condições de sua realização*. (Koch & Travaglia, 1990, p.39); a superestrutural exige que a estrutura textual esteja condizente com o tipo de texto adotado e a estilística, quando o texto é estruturado dentro de um mesmo estilo ou registro lingüístico, adequado à situação comunicativa. Pondera Koch & Travaglia (1990, p.38):

(...) Embora essa possa ser uma exigência plausível dentro de um contexto normativo do uso da língua, o uso de estilos diversos parece não criar problemas maiores para a coerência entendida como princípio de interpretabilidade. Na verdade, esta é uma noção que tem utilidade na explicação de fenômenos de quebra estilística.

A não obediência a algum desses tipos de coerência leva à falta parcial de coerência.

Já em relação à coesão, precisamos falar não só da referencial, que já haviam assimilado pela sua classificação em anáfora e catáfora, como enfatizarmos a seqüencial para que tenham uma visão global desse fator lingüístico tão importante que é a coesão textual.

Coesão, segundo Koch (1989, p.19), *são todos os processos de seqüenciação que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual*.

Em termos de coesão seqüencial, é importante o uso de tempos verbais adequados, bem como o encadeamento, que pode ser feito por justaposição sem marca de conexão ou por conexão, a qual exige o uso adequado de conectores, como, por exemplo, o operador argumentativo MAS, operador argumentativo por excelência. A justaposição, sem marca de conexão, obtém-se pela aposição de uma idéia a outra, uma oração a outra, sem a utilização de qualquer elemento de conexão; muito importante também é a forma como é feita a referenciação ou remissão a outros referentes ou segmentos textuais.

O aparecimento de problemas no estabelecimento de referência, por exemplo, referência ambígua, merecem, assim, também uma explicação e classificação. As formas referenciais são elementos que necessitam de outros signos lingüísticos para que sejam compreendidos em um texto. Para Halliday & Hasan, apud Koch (1989, p.19-21), *o sistema de referência classifica-se em textual ou endofórica (referência a um elemento que faz parte do texto) e exofórica (referência a algo exterior ao texto)*. A referência textual pode ser anafórica, quando nos referimos a um elemento já citado anteriormente no texto e catafórica quando nos referimos a um elemento que ainda vai ser enunciado, citado a seguir no texto. Se o referente então estiver presente e claro, não haverá ambigüidade.

Complementando o item coesão, apresentaremos os mecanismos coesivos sugeridos por Halliday e Hasan e a classificação em referencial e seqüencial apresentada por Koch, (1989).

Quanto aos mecanismos coesivos mais estudados, temos os citados inicialmente por Halliday & Hasan (1976, p.19-20): Referência (pessoal, demonstrativa e comparativa);

Substituição (nominal, verbal e frasal); Elipse (nominal, verbal e frasal); Conjunção (aditiva, adversativa, causal, temporal, continuativa e locução conjuntiva; advérbio, preposição e locuções); Coesão lexical (repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos e colocação ou contigüidade). E os propostos por Koch (1989, p.27), que apresenta uma classificação em duas modalidades: coesão referencial (referenciação, remissão) e coesão seqüencial (seqüenciação), levando em conta as funções que tais mecanismos exercem no texto.

Segundo Koch & Travaglia (1990, p.40), a coesão referencial é aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual. Ao primeiro, denomino forma referencial ou remissiva e ao segundo, elemento de referência ou referente textual. Ela é obtida por meio de dois mecanismos: substituição e reiteração:

Substituição:

quando um componente da superfície textual é retomado (anáfora) ou precedido (catafóra) por uma pro-forma (pronome, verbo, advérbio, quantificadores que substituem outros elementos do texto). Há também a substituição por zero ( $\emptyset$ ) que é a elipse.(Koch & Travaglia,1990, p.41)

Reiteração: que se faz através de sinônimos, de hiperônimos, de nomes genéricos, de expressões nominais definidas, de repetição do mesmo item lexical, de nominalizações. (Koch & Travaglia,1990, p.41).

A coesão seqüencial

diz respeito aos procedimentos lingüísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo seqüências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir (Koch, 1989, p.49).

A progressão textual pode realizar-se com ou sem elementos recorrentes, de modo que se pode falar em seqüenciação frástica (sem procedimentos de recorrência estrita) e seqüenciação parafrástica (com procedimentos de recorrência).

Em termos de estrutura, a menor familiarização tem sido quanto à fonologia, o que era de se esperar, pois o descaso dos livros didáticos contribui para que o assunto não seja trabalhado conscientemente, a despeito de sua importância para os níveis de alfabetização.

A fonologia interpreta os sons da fala das pessoas e sua estrutura funcional nas línguas. Seu objeto de estudo é o fonema (um conjunto de traços que representa a menor unidade distintiva e opositiva de uma língua entre duas ou mais palavras). A troca de um fonema por outro provoca a mudança de significado.

A morfologia estuda o signo lingüístico reduzido à menor unidade sonora significativa de uma palavra que é o morfema. Apesar de possuir significado, isolado não quer dizer nada. A combinação entre os morfemas forma uma unidade maior como a palavra e o sintagma.

Sintagma – junção de elementos lingüísticos formando um significado especial: Ex.: pé de cadeira (3 palavras com 1 significado só).

A sintaxe, esse nível descreve as regras que orientam como as frases, através da seqüência ordenada de unidades significativas, são construídas em nossa língua, como a seqüência: sujeito + verbo + complemento + advérbio. Claro que essa seqüência não é rígida

Não poderíamos deixar de lado a possibilidade de análise através da semântica, que vai proporcionar o estudo do sentido dos enunciados.

Falando em sentido, achamos oportuno o diferenciarmos de significado, já que os consideramos de maneira distinta e não como sinônimos, conforme alguns autores assim consideram.

Sentido é a conotação específica que cada palavra assume em cada contexto lingüístico. É importante o professor trabalhar o sentido das palavras em um determinado contexto e não, mandar copiar o significado de uma palavra no dicionário, tratando-se de uma palavra descontextualizada. O aluno mais atento deverá copiar todos os significados encontrados da respectiva palavra, pois não saberá em qual o professor estará interessado.

Significado é tudo o que encontramos em um dicionário a respeito de uma palavra. Normalmente, na nossa língua, cada palavra possui vários significados e, não raramente, uns muito distintos dos outros.

Quanto aos gêneros de texto, seria necessária uma prática mais efetiva que os diferenciasse, em especial alguns tipos de poemas.

O estudo dos variados gêneros textuais constitui uma das contribuições da Lingüística Textual, no sentido de fornecer embasamento aos processos de identificação (como se estruturam os textos) e de produção dessa diversidade, que é fundamental desde as primeiras produções textuais de um aluno.

Gêneros textuais estão sendo pensados como sinônimo de gêneros do discurso com base em Bakhtin (1992:279-287):

São “tipos relativamente estáveis de enunciados” presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem um plano composicional, um conteúdo temático e um estilo. Trata-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor.

Ainda em gêneros textuais, o professor pode trabalhar a diferença entre prosa (texto contínuo) e poema (texto em verso) para poder explorar o efeito sonoro das rimas - aliteração: *repetição de fonema(s) no início, meio ou fim de vocábulos próximos, ou mesmo distantes (desde que simetricamente dispostos) em uma ou mais frases, em um ou mais versos* (Holanda, 1986, p.87) -; distribuição das estrofes (paralelas, alternadas etc, em quartetos - 4 versos ou tercetos - 3 versos); a escolha de palavras (palavras, às vezes, apenas como objeto sonoro e não semântico); a forma do texto; a poeticidade/poesia (poesia também existe em texto em prosa e não se vê, sente-se). Explicar que a forma do texto deve ser preservada; discutir o título, autor etc. Deve ser trabalhado, também, poema que não apresente estrutura formal tradicional, isto é, poema sem rima, sem preocupação com efeito sonoro, com estrofe com quantidade de verso variada ou sem formar estrofe etc.

Apesar de parecer uma questão básica, estamos sempre sentindo a necessidade de esclarecer, novamente, a caracterização dos tipos (ou seqüências) descritivo, narrativo e dissertativo e reforçando que a argumentatividade é uma qualidade inerente ao ser humano, sendo que o que acontece é que os textos são mais ou menos argumentativos.

Um texto pode ser, predominantemente, descritivo, logo, normalmente, vai ter a presença de muitos adjetivos para indicar: forma, tamanho, perspectiva, profundidade, luminosidade, cor, volume, posição, distribuição das imagens e sentimentos que o objeto desperte (gostar ou não da gravura; perceber alegria, tristeza ou dor; sensação de movimento ou de algo estático etc). O gostar ou não e o porquê funcionam como a opinião do aluno, avaliando assim o que está vendo e/ou sentindo. Vale lembrar que descrição não significa enumeração de palavras, é um texto com encadeamentos como todo texto deve ser.

Um texto, predominantemente, narrativo (falar sobre o que aconteceu, com quem, como, por quê, uma ordem temporal e espacial, com princípio, meio e fim etc. Apesar de

sabermos que um texto narrativo pode deixar de apresentar algumas dessas partes, no entanto, como trabalhamos com alunos de 1º e 2º ciclos, enfatizamos um texto dito completo.). É difícil um texto apenas descritivo ou apenas narrativo, a classificação se faz sempre em termos de predominância.

O texto dissertativo é mais difícil para o professor e, de modo geral, não é trabalhado, apesar de aparecer nas produções de alguns alunos, mas de maneira pouco sistemática. É aquele que expressa uma tese (aquilo que se quer provar), um ponto de vista sobre determinado assunto, baseado em dados, fatos e argumentos.

Das formas de citação de falas, como é de se esperar, a menos familiar é o discurso indireto livre. A frequência é menor, os exemplos menos perceptíveis, então a identificação torna-se mais difícil.

Discurso direto ou Discurso citado é quando os personagens falam diretamente e não o narrador; temos a presença do verbo “dicendi”, isto é, aquele que introduz a fala dos personagens, além, normalmente, de sinais de pontuação, tais como, dois pontos, aspas, travessão e a mudança de linha, esta não obrigatória, para indicar a fala dos personagens. Discurso indireto, quando a fala dos personagens aparece na terceira pessoa e o narrador é quem faz o relato do que é dito, usando o verbo, em geral, no perfeito do indicativo para a fala do narrador. Na voz das personagens, observam-se as seguintes mudanças: do pretérito perfeito do indicativo no discurso direto para o mais-que-perfeito no indireto; do presente do indicativo no discurso direto para o imperfeito do indicativo no indireto; do futuro do presente do indicativo no direto para o futuro do pretérito do indicativo no indireto e do imperativo no direto para o pretérito imperfeito do subjuntivo. Discurso Indireto –livre, quando se mesclam as vozes do narrador com a dos personagens, sem qualquer pontuação ou algum verbo que indique essas falas.

Tendo em vista as contribuições da Lingüística no processo de ensino da língua materna, achamos que a aprendizagem deve ser encarada como um processo contínuo, com influências diversificadas, quer dizer, não só da escola ou do professor, mas como as classifica Preti (1987, p.38), *influências ligadas ao falante pela idade, sexo, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, classe econômica, local de residência e ligadas à situação por influência do ambiente, tema, estado emocional e grau de intimidade entre os falantes*.

A Teoria da Variação, no campo da sociolingüística, vem apresentar o conceito de variação fundamental ao ensino da língua.

De acordo com Dubois (1973, p.609), *Chama-se variação o fenômeno no qual, na prática corrente, uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social*.

Normalmente, o senso comum identifica variação lingüística com a variação geográfica, não foi diferente com as professoras da pesquisa que assimilaram mais facilmente a geográfica, em segundo lugar a estilística e em terceiro a histórica e a social como o faz Camacho (1978).

A geográfica (diatópica) é a maneira de falar característica das várias regiões de um país com seus respectivos dialetos ou falares regionais,

A variação histórica (diacrônica) refere-se à existência de pelo menos dois estados sucessivos de uma língua. Por exemplo, quando uma palavra passa a ser utilizada pelos seus falantes em detrimento de outra. Uma cai em desuso e a outra permanece ou ambas podem conviver, no mesmo plano temporal, sendo que a que está em desuso passa a ser perpetuada por um grupo menor de falantes, geralmente de idade mais avançada.

Por sua vez, a variação social (diastrática) é o resultado da tendência para maior semelhança entre os atos verbais dos membros de um mesmo setor sócio-cultural da comunidade. (Camacho,1978). É determinada, também, por fatores de diversidade lingüística,

social, idade, sexo, raça, profissão, grau de escolaridade, classe econômica, local em que se reside, entre outros.

Por último, temos a variação estilística (diafásica), ligada diretamente ao estilo formal/informal de um mesmo indivíduo, adequando cada estilo ao seu interlocutor e ao contexto situacional no qual o falante esteja inserido. A variação lingüística é pouco abordada nas escolas que consideram apenas a variante padrão, e a não obediência a esse padrão é vista como um desvio, um vício, um erro lingüístico, como se o aluno estivesse falando uma não-língua. É necessário, pois, considerar as diferentes formas de expressão como formas que coexistem.

No tocante às variantes formal e informal, as professoras modificaram muito a consideração sobre a informal, no entanto seria preciso também uma prática mais freqüente da passagem de uma variante para outra. Agrupamos possíveis exemplos para facilitar a assimilação dentro de uma mesma variante e de uma para outra.

GÊNEROS TEXTUAIS	
<u>Exemplos de textos escritos informais:</u> cartão e carta pessoal, diário, agenda, bilhete, recado, entrevista informal, poema popular, aviso informal, anedota, provérbio, música com estruturação simples, literatura de cordel, diálogo informal, texto humorístico, lista de compras etc.	<u>Exemplos de textos escritos formais:</u> acadêmico, jurídico, literário sem ser cordel, entrevista formal, publicitário, carta formal, música mais estruturada, notícia jornalística, convite para uma cerimônia, aviso formal, textos oficiais, comerciais e bancários etc.
<u>Exemplos de textos falados informais:</u> conversa, recado, histórias contadas, fofocas ...	<u>Exemplos de textos falados formais:</u> conferência, aula e outras participações em encontros acadêmicos...

Na variante formal podemos observar: tratamento formal para com os interlocutores; preocupação com a seleção lexical; não abreviação de palavras, uso de data por extenso e de normas gramaticais etc. Na variante informal, um texto apresenta: tratamento informal entre os interlocutores; despreocupação com a seleção vocabular; abreviação de palavra; uso de preposição inadequada, por exemplo. O professor pode trabalhar também a passagem do estilo formal para o informal e vice-versa. Vale lembrar que os dois textos têm eficácia comunicativa, diferentes entre si em função do interlocutor e das exigências da situação comunicativa.

Uma pessoa fala com diferenças às vezes notáveis quando numa conversa informal ou em público, representando um certo status social. Uma pessoa que lê procura uma pronúncia que nem sempre corresponde à pronúncia de sua fala coloquial. Essa é a variação estilística, segundo a nomenclatura dos lingüistas. Todos nós, na verdade, somos de certa forma falantes de mais de um dialeto, os quais usamos de acordo com as circunstâncias. (Cagliari, 1996, p.86).

Uma outra distinção conceitual necessária refere-se à língua falada e escrita. Podemos dizer que as relações entre essas modalidades de língua consideravam mais pontos divergentes quando só eram vistas de maneira estanque.

Os problemas da passagem de uma produção, caracteristicamente de língua falada, para uma com marcas específicas de língua escrita, foram reforçados através do processo de escrita e reescrita de texto, principalmente produzidas pelos alunos. As professoras estão conscientes de que são duas modalidades de uma mesma língua, que não há superioridade de uma sobre a outra, que cada uma possui seus usos específicos e já observam muitas

interferências da oralidade na escrita para poderem orientar seus alunos, quando necessário, a adequar o texto à modalidade que estiver sendo usada.

Estabelecendo um paralelo entre as duas modalidades, sem o intuito de incentivar a dicotomização, reelaboramos juntamente com as professoras, o quadro abaixo:

Língua falada e língua escrita  
especificidades

F A L A	E S C R I T A
Substância sonora (meio menos durável de codificação). O interlocutor guarda menos informação, apesar de toda sociedade não letrada passar sua história oralmente.	Substância gráfica (meio mais durável de codificação). O leitor guarda mais informação.
Surgiu primeiro que a escrita e é mais difundida.	Originou-se da oralidade – não transferência dela, mas mediação.
Não existe sociedade sem oralidade.	Existem sociedades sem escrita: certas tribos indígenas, por exemplo.
Aquisição primeiramente em outros grupos sociais – o aluno já chega falando na Escola.	Aquisição em contato, normalmente, com a Escola.
Produção coletiva, texto co-produzido discursivamente. Contexto formal e informal.	Produção, geralmente, individual. Contexto formal e informal.
Sistema de signos de primeira ordem (instrumento de mediação entre o homem e a realidade).	Sistema de signos, inicialmente, de 2ª ordem (necessita de mediadores de outros sistemas), gradualmente, passa para 1ª ordem (instrumento de mediação entre o homem e a realidade).
Processo dinâmico de formação: rápidas e múltiplas transformações, correções "on line".	Resultado de um processo de formação lento: revisões, correções a posteriori.
Atinge todas as camadas da sociedade.	Mais facilidade para as camadas mais favorecidas da sociedade – prestígio social e poder (postura ideológica).
Pausa pela entonação.	Pausa pela pontuação gráfica, convencional.
Signo lingüístico complementado por signos não-lingüísticos como gestos, mímica, entonação, acento, expressão facial e pelo próprio interlocutor etc.	Procura ser completa (procura suprir essas ausências, mas não existe texto completo) – utiliza recursos lingüísticos (pontuação) `formatos de caracteres (negrito, itálico, sublinhado) e caracteres (maiúscula, parênteses, traço, chave, colchete, aspas, barra) etc.
Mesmo que anteriormente planejada, localmente é replanejada (há menos tempo).	Tempo anterior para planejamento, edição etc.
Frequência de onomatopéias, repetições, anacolutos...	Menor presença de repetições, anacolutos etc.
Formas mais contraídas, períodos mais condensados, menos longos, menor densidade lexical.	Formas menos econômicas, períodos mais longos, maior densidade lexical.
Sintaxe específica (falsos começos, orações truncadas, correções, hesitações; também	Sintaxe geral da língua e maior preocupação com a explicitude da informação, visto que a



inserções, repetições, paráfrases), por força da interação imediata, sem perder de vista a sintaxe geral da língua.	interação se dá em outro plano.
Apesar de mais uso de justaposição, utiliza conectores como: e, mas, porque, quando, se, enquanto, aí, daí, daí então etc.	Usa todos os conectores.
Pouco ou quase não emprega certos tempos verbais (mais-que-perf. e fut. do pres. Simples).	Utiliza todas as formas verbais.
Menor uso de passiva.	Freqüência maior no uso de passiva.
Presença simultânea e alternância de interlocutor. Comunicação direta, face a face, maior uso da interrogação direta.	Interlocutor imaginário ou potencial ausente. Comunicação indireta – maior uso da interrogação indireta.
Mais heterogeneidade, variedade lingüística.	Menos heterogeneidade, variedade lingüística.

Apesar da necessidade de reforço nos aspectos mencionados, as próprias professoras consideraram importante o agrupamento e distribuição desses conceitos, como forma de facilitar a compreensão global e específica dos referidos conceitos.

O nosso objetivo foi de nos determos no professor alfabetizador, pois, como tem demonstrado a literatura existente, esse professor é o mais desinformado quanto às contribuições da Lingüística para a alfabetização, quer de crianças, quer de jovens ou adultos, apesar de ser, acreditamos, o mais esforçado e comprometido com a missão de educador.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.277-287: Os gêneros do discurso – I Problemática e definição. (Col. Ensino Superior).

CAGLIARI, Luiz C. Alfabetização e Lingüística. 9 ed., São Paulo: Scipione, 1996, (Série Pensamento e Ação no Magistério, 3. Fundamentos).

CAMACHO, Roberto G. Duas fases na aquisição de padrões lingüísticos para adolescentes. Campinas, 1978. Dissertação (Mestrado), Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1978.

DUBOIS, Jean et al Dicionário de Lingüística. Trad. por Frederico P. de Barros et al. Dir. e coord.geral da trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

HOLANDA, Aurélio B. de Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2. ed. rev. e aum., 40. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KOCH, Ingedore G. V. Argumentação e linguagem. São Paulo:Cortez, 1984, p. 21-22.

\_\_\_\_\_ A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a língua portuguesa).

\_\_\_\_\_ A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1992, p. 9-10 e 68-70: Linguagem falada X linguagem escrita. (Repensando a língua portuguesa).

\_\_\_\_\_ O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997, p.61-64: A natureza da fala. (Caminhos da lingüística).

\_\_\_\_\_ e TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990. (Repensando a língua portuguesa).

LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1988, (Série Princípios - 104).

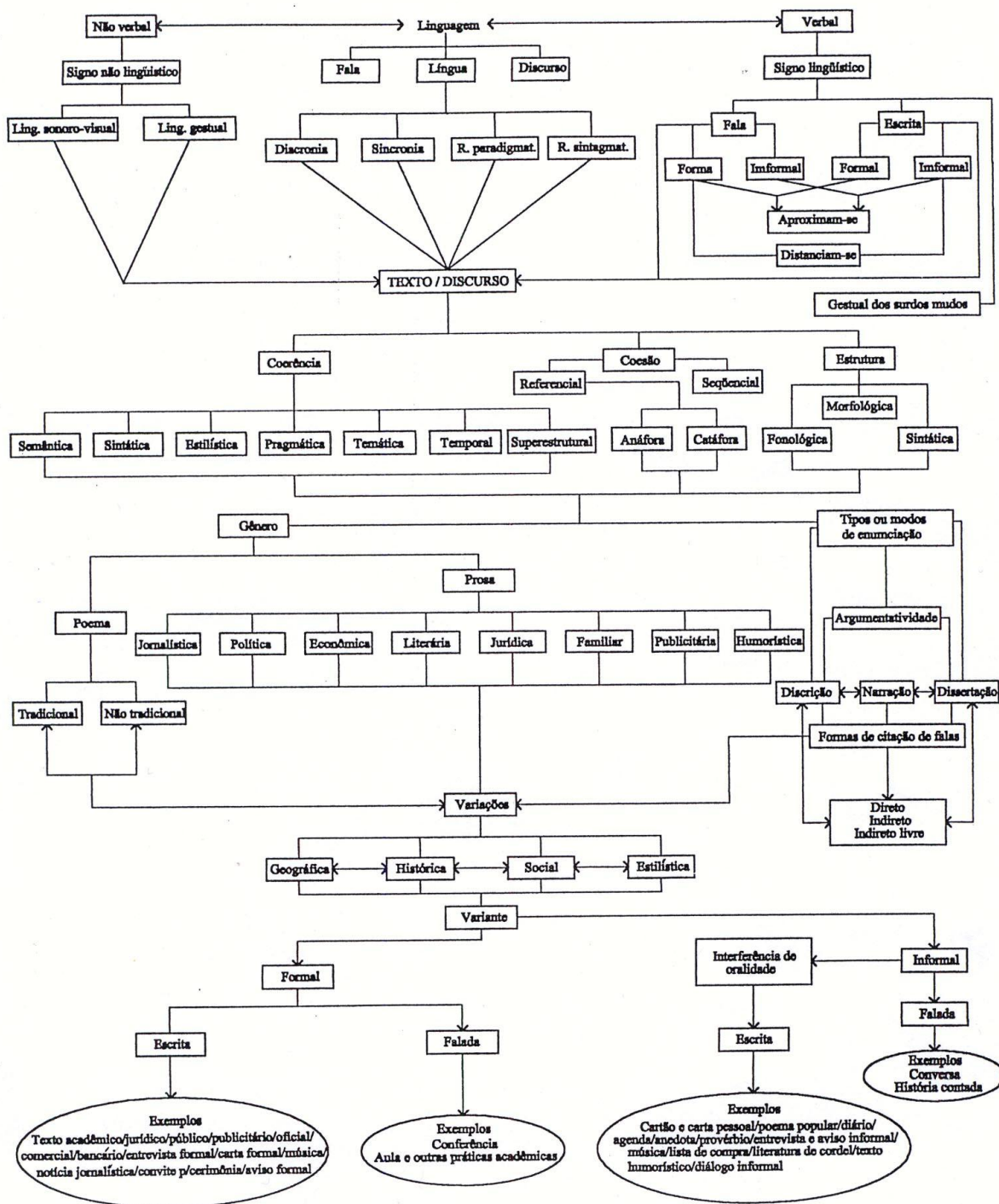
MARCUSCHI, Luiz A. Lingüística de texto: o que é e como se faz. Recife: UFP, 1983, (Série Debates).

PRETI, Dino. Sociolingüística: os níveis de fala: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira. 6. ed. rev. e mod. São Paulo: Nacional, 1987, p 38.

QUEIROZ, Liomar C. de e PAIVA, Maria Aliete N. “Questões para ensinar e aprender: compreensão e produção de texto para a educação básica”, IN RIBEIRO, Márcia M. G. e FERREIRA, Maria Salonilde (orgs) Oficina pedagógica: uma estratégia de ensino-aprendizagem, Natal:EDUFRN, 2001.

\_\_\_\_\_SOARES, Maria de Lourdes G. F. e FERREIRA, Maria Salonilde. “Aprender a escrever, (re)escrevendo”, IN RIBEIRO, Márcia M. G. e FERREIRA, Maria Salonilde (orgs) Oficina pedagógica: uma estratégia de ensino-aprendizagem, Natal:EDUFRN, 2001.

## MAPA DE CONCEITOS LINGÜÍSTICOS



<sup>1</sup> A arte gráfica do Mapa de conceitos lingüísticos foi iniciada pela professora Maria de Lourdes Gabriel F. Soares, concluída por Liomar e por Cristian Dilli.